

RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.884 - RS (2019/0268608-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : **COMIL ONIBUS S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **DARCIO VIEIRA MARQUES - RS003806**
 ÁLVARO BRIZOLA MARQUES - RS075462
 RAFAEL BRIZOLA MARQUES - RS076787
RECORRIDO : **CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S/A**
OUTRO NOME : **CCB BRASIL - CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MÚLTIPLO S/A**
ADVOGADOS : **AUGUSTO OTAVIO STERN - RS010510**
 ANDRE VIEIRA STERN - RS067257
 JEFERSON ANTONIO ERPEN - RS035176

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por **COMIL ÔNIBUS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição federal, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 153, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR, FIXAÇÃO.

1. Por força do princípio da causalidade, segundo o qual aquele que deu causa à instauração do litígio deve arcar com as despesas dele decorrentes, impõe-se a condenação da parte impugnante, ora agravada, ao pagamento de honorários advocatícios, uma vez que foi instaurada litigiosidade entre as partes.
2. Verba honorária fixada por equidade, nos termos do art. 85, § 8º, do CPC. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do apelo extremo (fls. 173/191, e-STJ), a insurgente aponta divergência jurisprudencial quanto à interpretação dada ao artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/15. Para tanto, argumenta a impossibilidade de fixação da verba honorária sucumbencial por equidade, já que esta só se mostra possível de forma subsidiária e, no caso sob análise, inexistente qualquer dos elementos viabilizadores a tal prática, razão pela qual a referida verba deve ser fixada com base na regra geral constante do § 2º supra.

Contrarrazões às fls. 303/323, e-STJ.

Admitido o recurso especial na origem (fls. 326/331, e-STJ), ascenderam os autos a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal merece prosperar.

1. Cinge-se a irresignação veiculada no presente reclamo acerca do *quantum* arbitrado a título de honorários sucumbenciais.

No particular, assim decidiu o Tribunal local (fls. 155/159, e-STJ):

Antecipo que tem parcial êxito a insurgência.

Isso porque a parte ora agravada pretendia afastar dos efeitos da recuperação o **crédito de R\$ 3.070.590,81**, haja vista que firmou contrato de prestação de fiança pelo qual se obrigou a pagar à beneficiária FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP em caso de inadimplência da empresa recuperanda.

Entretanto, a pretensão do agravado foi rejeitada.

Por conseguinte, em razão do resultado do incidente, a parte agravada deve ser responsabilizada pelo pagamento de honorários, pois deu causa ao ajuizamento da impugnação, bem como à litigiosidade instaurada.

[...]

Deste modo, deve ser provido o recurso, ainda que de forma parcial, a fim de que sejam fixados honorários advocatícios em favor da parte agravante, em valor compatível com a natureza da causa e com o desempenho do trabalho desenvolvido.

[...]

O arbitramento da verba honorária em percentual sobre o valor da causa perfaz o mínimo de R\$ 307.159,08, ocasionando excessiva oneração à parte adversa em contrapartida a um beneficiamento injustificado dos advogados da recuperanda, haja vista a atividade profissional desenvolvida no feito.

Assim, considerando que não houve condenação, e em observância à natureza da causa, ao grau de complexidade da demanda e ao trabalho desenvolvido, fixo os honorários no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com base no art. 85, § 8º, do CPC, importância que deverá ser corrigida monetariamente, de acordo com a variação do IGP-M a partir da data deste julgamento. [grifou-se]

Nesse sentido, infere-se que o acórdão recorrido destoa da recente orientação jurisprudencial desta Corte acerca da matéria envolvendo a fixação de honorários advocatícios na vigência do NCPC.

Com efeito, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça confirmou o entendimento de que os honorários advocatícios **só podem ser fixados com base na equidade de forma subsidiária, quando não for possível o arbitramento pela regra geral ou quando inestimável ou irrisório o valor da causa.**

Confira-se, a propósito, a ementa do referido julgado:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas

mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

(REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019)

O § 8º do art. 85 do NCPC determina que "*Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.*"

E, na linha da jurisprudência desta Casa, "*O § 8º do art. 85 do NCPC somente*

será aplicável nas causas em que for impossível atribuir valor ao bem jurídico pleitado." (EDcl no AREsp 737.982/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 04/09/2017).

No caso dos autos, depreende-se que o **proveito econômico obtido**, que no presente caso coincide com o **valor atribuído à causa** - R\$ 3.070.590,81 (*três milhões, setenta mil, quinhentos e noventa reais e oitenta e um centavos*) - fl. 155, e-STJ) - **não é "muito baixo"**, portanto não há razão para a aplicação do critério equitativo, como fez o Tribunal *a quo*.

Não se vislumbra, portanto, nenhuma das hipóteses previstas no § 8º do artigo 85 do CPC/15 e autorizativas da fixação dos honorários por apreciação equitativa.

Dessa forma, cabe o arbitramento dos honorários advocatícios sucumbenciais pela regra geral exposta no § 2º do mesmo dispositivo legal **"Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos: I - o grau de zelo do profissional; II - o lugar de prestação do serviço; III - a natureza e a importância da causa; IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço."**, **razão pela qual merece ser acolhida a irresignação.**

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE LOCAÇÃO. AÇÃO CONSIGNATÓRIA E DE DESPEJO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. MAJORAÇÃO. 1. Ação consignatória julgada em conjunto com ação de despejo. 2. Mostrando-se irrisório o valor dos honorários advocatícios em 1.000 (mil reais), tendo como parâmetro o valor da causa, qual seja, R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), razoável sua majoração para 10% sobre o valor atualizado da causa. 3. **Em recente julgamento, esta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que os honorários advocatícios só podem ser fixados com base na equidade de forma subsidiária, devendo ser observados os limites de 10% a 20% previstos no artigo 85, § 2º, do CPC/2015, a incidir sobre o valor da condenação, o proveito econômico tido pelo devedor ou o valor atualizado da causa.** 4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1376532/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/10/2019, DJe 16/10/2019) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ACOLHIDA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. EXTINÇÃO EM RELAÇÃO A UM SÓCIO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVEITO ECONÔMICO ESTIMÁVEL. LIMITES E CRITÉRIOS DOS §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do artigo 85 do CPC/2015. APLICABILIDADE. 1. A controvérsia diz respeito a matéria inerente ao proveito econômico a ser considerado na fixação dos honorários advocatícios pelo acolhimento de Exceção de Pré-executividade. 2. O artigo 85 do CPC/2015 estabelece que, nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º e os percentuais delimitados

no § 3º. Assevera ainda o indigitado artigo em seu § 6º que os limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito. [...] 4. Verifica-se que a fixação, pelo Tribunal de origem, do valor dos honorários por apreciação equitativa, conforme determinado no § 8º do artigo 85 do CPC/2015, mostra-se inadequada. 5. Esclareça-se que, na hipótese dos autos, não se pode falar em valor da causa muito baixo, tampouco em inestimável ou irrisório proveito econômico. Com efeito, o próprio acórdão objurgado reconheceu a existência de proveito econômico, todavia não o mensurou nos termos estabelecidos pelos §§ 3º, 4º e 5º do artigo 85 do CPC/2015. Precedentes: REsp 1.657.288/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 2/10/2017; REsp 1.671.930/SC, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 30/6/2017. 6. Agravo Interno não provido. (AgInt no REsp 1665300/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. CONTRADIÇÃO QUANTO À INCIDÊNCIA DO ART. 85, § 8º DO NCPC. CAUSA DE VALOR INESTIMÁVEL. INEXISTÊNCIA. VALOR DO BEM JURÍDICO PLEITEADO QUE PODE SER MENSURADO. INCIDÊNCIA DO ART. 85, §§ 2º E 6º DO NCPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA. EMBARGOS ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES. [...] 3. **O § 8º do art. 85 do NCPC somente será aplicável nas causas em que for impossível atribuir valor ao bem jurídico pleitado.** 4. Consta expressamente no § 6º do art. 85 do NCPC a determinação de aplicação dos critérios previstos no § 2º nos casos de improcedência ou de sentença de resolução de mérito. 5. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes. (EDcl no AREsp 737.982/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 04/09/2017) [grifou-se]

2. Do exposto, com amparo no art. 932 do NCPC c/c a Súmula 568/STJ, **dou provimento** ao recurso especial, a fim de fixar os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, já considerada a majoração recursal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator